



8ª SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA CÂMARA REALIZADA EM 23/03/2023

PROCESSO TCE-PE Nº 21100494-7

RELATOR: CONSELHEIRO DIRCEU RODOLFO DE MELO JÚNIOR

MODALIDADE - TIPO: Prestação de Contas - Governo

EXERCÍCIO: 2020

UNIDADE(S) JURISDICIONADA(S): Prefeitura Municipal de Palmeirina

INTERESSADOS:

MARCELO NEVES DE LIMA

JORIVAL FRANCA DE OLIVEIRA JUNIOR (OAB 14115-PE)

ORGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA

PRESIDENTE DA SESSÃO: CONSELHEIRO DIRCEU RODOLFO DE MELO JÚNIOR

PARECER PRÉVIO

CONTAS DE GOVERNO.
CRÉDITOS ADICIONAIS.
ALÍQUOTAS PREVIDENCIÁRIAS.
REPASSE DAS CONTRIBUIÇÕES
PREVIDENCIÁRIAS RGPS E RPPS.
TRANSPARÊNCIA. PARECER
PRÉVIO. REJEIÇÃO.

1. LOA em desacordo com os incisos VI e VII, do art. 167, da Constituição, no tocante à abertura de créditos adicionais;
2. Contribuições previdenciárias repassadas de forma parcial para o RPPS e RGPS, piorando a capacidade de pagamento imediato e /ou no curto prazo dos seus compromissos de 12 meses do Município;
3. Repasse de duodécimos para o Poder Legislativo, em desacordo com a Constituição Federal;
4. Alíquotas servidores/aposentados /pensionistas em desacordo com a EC 103/19;
5. Não repasse integral da



contribuição descontada dos servidores, com fortes indícios de configuração de apropriação indébita, nos termos do art. 168-A do código penal;

6. Transparência nível crítico, em desacordo com a Lei Complementar nº 131/2009, a Lei nº 12.527/2011 (LAI) e a Constituição Federal.

Decidiu, à unanimidade, a SEGUNDA CÂMARA do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco em sessão Ordinária realizada em 23/03/2023,

Marcelo Neves de Lima:

CONSIDERANDO o Relatório de Auditoria e a peça de defesa apresentada;

CONSIDERANDO que a LOA – Lei Municipal nº 1.060/19 autorizou a alteração orçamentária por meio de créditos adicionais até o limite de 4 0,00% (R\$ 10.392.000,00), sendo esse o limite único possível para alteração orçamentária, e a alteração orçamentária foi no percentual de 45,39%, em valor R\$ 11.791.592,61, ultrapassando assim, o limite autorizado em R\$ 1.399.592,61 (5,39%);

CONSIDERANDO que a Prefeitura Municipal de Palmeirina repassou a título de duodécimo R\$ 106.557,33 após o dia 20 de cada mês, o equivalente a 10,97% do total repassado em 2020, contrariando o art. 29-A, § 2º, *inciso* II, da Constituição Federal, prática esta tipificada como crime de responsabilidade;

CONSIDERANDO que ao não repassar ao RGPS e ao RPPS R\$ 2.958.928,12 das contribuições previdenciárias, itens 3.2.1 e 8.1 do Relatório de Auditoria, o Prefeito contribuiu para a piora na capacidade de pagamento imediata do Município, item 3.3 do Relatório de Auditoria;

CONSIDERANDO o não repasse de R\$ 255.746,37 da contribuição descontada dos servidores, equivalente a 68,85%, a configurar apropriação indébita nos termos do art. 168-A, § 1º, inciso I, do Código Penal, e R\$ 705.304,07 da contribuição patronal devida, equivalente a 73,00% para o RGPS, item 3.2.2 do Relatório de Auditoria;

CONSIDERANDO o não repasse de R\$ 208.769,91 da contribuição descontada dos servidores, equivalente a 24,26%, a configurar apropriação indébita nos termos do art. 168-A, § 1º, inciso I, do Código



Penal, R\$ 767.606,14 da contribuição patronal devida, equivalente a 26,00%, item 8.1 do Relatório de Auditoria para o RPPS;

CONSIDERANDO que a alíquota dos servidores, aposentados e pensionistas está em desacordo com a Emenda Constitucional nº 103 /19;

CONSIDERANDO as Súmulas nºs 07, 08 e 12 exaradas pelo TCE-PE;

CONSIDERANDO as deficiências no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal da Palmeirina, o Poder Executivo Municipal não disponibilizou integralmente para a sociedade o conjunto de informações exigido na LRF, na Lei Complementar nº 131/2009, na Lei nº 12.527/2011 (LAI) e na Constituição Federal, apresentando nível de transparência “Crítico”, conforme aplicação de metodologia de levantamento do ITMPE, item 9 do Relatório de Auditoria;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 70 e 71, inciso I, combinados com o artigo 75, bem como com os artigos 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal e o artigo 86, § 1º, da Constituição de Pernambuco ;

EMITIR Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal de Palmeirina a **rejeição** das contas do(a) Sr(a). Marcelo Neves de Lima, relativas ao exercício financeiro de 2020.

DETERMINAR, com base no disposto no artigo 69 combinado com o artigo 70, inciso V, ambos da Lei Estadual nº 12.600/2004, ao atual gestor do(a) Prefeitura Municipal de Palmeirina, ou quem vier a sucedê-lo, que atenda, nos prazos indicados, se houver, as medidas a seguir relacionadas :

1. Elaborar a programação financeira e o cronograma mensal de desembolsos de forma mais eficiente de modo a disciplinar o fluxo de caixa, visando o controle do gasto público, frente a eventuais frustrações na arrecadação da receita, evitando assim um déficit de execução orçamentária;
2. Elaborar a LOA do Município, nos termos da legislação pertinente ao assunto, notadamente na fixação do limite para abertura de créditos adicionais;
3. Repassar as contribuições previdenciárias para o RPPS e RGPS de forma integral e tempestiva, evitando formação de passivos para os futuros gestores;
4. Realizar um levantamento no sentido de identificar os principais riscos e dificuldades encontradas na cobrança da



dívida ativa, de modo a estabelecer medidas com o objetivo de melhorar seus indicadores e aumentar suas receitas próprias;

5. Elaborar o Balanço Patrimonial com Quadro de Superávit /Déficit apresentando as justificativas e notas explicativas, e também os demais demonstrativos contábeis, nos termos estabelecido pelas normas de contabilidade aplicada;
6. Efetuar o registro em conta redutora de Provisão para Perdas de Dívida Ativa, arredando-se, no Balanço Patrimonial, situação não compatível com a realidade;
7. Adotar mecanismos de controle que permitam o acompanhamento das despesas com pessoal permanente para evitar extrapolação dos limites das despesas com pessoal, com vistas a atender o art. 20 da LRF;
8. Efetuar os repasses a título de duodécimos para o Poder Legislativo, nos termos da Constituição Federal;
9. Elaborar/encaminhar projeto de lei para implantar/adotar as alíquotas previdenciárias nos termos que estabelece a Emenda Constitucional nº 103/19, notadamente a alíquota dos servidores, aposentados e pensionistas dos planos previdenciário;

Prazo para cumprimento: 60 dias

10. Atender todas as exigências da Lei Complementar nº 131 /2009, o conjunto de informações exigido na LRF, na Lei nº 12.527/2011 (LAI) e na Constituição Federal, no tocante ao nível de Transparência do Município;
11. Adotar medidas de controle com a finalidade de evitar a realização de despesas com recursos orçamentários do FUNDEB sem lastro financeiro;
12. Evitar a inscrição em restos a pagar processados e não processados sem disponibilidade financeira, nos termos legislação pertinente ao assunto.

DETERMINAR, por fim, o seguinte:

À Diretoria de Plenário:

1. Que o Núcleo Técnico de Plenário encaminhe os autos para o Ministério Público de Contas para enviar cópias, em meio



eletrônico, ao Ministério Público Federal e para Receita Federal, a documentação pertinente à falha descrita nos itens 3.2.2 e 8.1 do Relatório de Auditoria.

À Diretoria de Controle Externo:

1. Que a Diretoria de Controle Externo envie esforços no sentido de melhorar a revisão dos relatórios, vide exemplo o item 5.2 do Relatório de Auditoria, nos termos relatado nesse voto.
2. Que a Diretoria de Controle Externo, por meio de seus órgãos fiscalizadores, verifique, nas auditorias/inspeções que se seguirem, o cumprimento das presentes determinações, destarte zelando pela efetividade das deliberações desta Casa.

Presentes durante o julgamento do processo:

CONSELHEIRO DIRCEU RODOLFO DE MELO JÚNIOR , relator do processo , Presidente da Sessão

CONSELHEIRA TERESA DUERE : Acompanha

CONSELHEIRO CARLOS NEVES : Acompanha

Procuradora do Ministério Público de Contas: GERMANA LAUREANO